

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2012**

emuclear

ABREVIATURAS:

OMIP

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A

OMIClear

OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A.

OMIE

OMI – Polo Español, S.A.

OMIP SGPS

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

OMEL

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.

2012

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2012**

emuclear

ÍNDICE

01	Mensagem da Presidência	07
02	Factos Relevantes	08
03	O Mercado de Derivados	10
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Actividade de Compensação e Liquidação	
	2.3 Participantes	
04	Mudança de paradigma regulatório	21
05	Sistemas de Informação	22
06	Outros Serviços	24
07	Organização	26
	6.1 Accionista	
	6.2 Órgãos Sociais	
	6.3 Comité de Risco	
	6.4 Comité de Ética	
	6.5 Pessoal	
08	Perspectivas para 2013	30
09	Proposta de Aplicação de Resultados	32
10	Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2012	34



01 MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Desde 2008, o ritmo de alterações regulatórias à actividade dos mercados financeiros tem vindo a aumentar até que, em 2012, a OMIClear se viu no epicentro da mudança, por força do European Market Infrastructure Regulation (EMIR). Este pacote legislativo visa estabelecer condições para limitar os riscos associados à negociação de contratos de derivados e aumentar a transparência desses mesmos contratos, reforçando, ao mesmo tempo, a supervisão. Ao impor como regra geral a interposição de uma contraparte central, também as entidades que prestam este tipo de serviço, como é o nosso caso, terão de cumprir, até ao final do terceiro trimestre de 2013, com um amplo conjunto de requisitos e obrigações, por vezes complexo e em alguns casos demasiado desproporcionado.

O nosso investimento em melhorar o sistema de gestão de risco e em desenvolver a capacidade de compliance tem sido e continuará a ser a chave para aumentar a protecção e a confiança dos agentes do mercado, razão de ser da existência da OMIClear. Não nos resta alternativa a continuar com os esforços para cumprir com todos os requisitos regulatórios em matéria organizacional e, em especial, de capitais, pois só assim se assegurará a continuidade, desenvolvimento e crescimento do negócio.

O ano de 2012 ficou marcado, claramente, pela preparação para a mudança para o novo contexto. Mas não só, pois também há a assinalar o forte agudizar da crise económica e financeira, que assolou e ainda assola a Europa e, com especial relevo negativo, a Península Ibérica.

Apesar de tudo, em termos de resultados operacionais e financeiros, a OMIClear teve o seu melhor ano de sempre, tendo compensado 66,8 TWh, o que representa um crescimento de 12,4% relativamente a 2011 e alcançado um resultado positivo de 866 300 EUR, bastante acima da melhor previsão. São factos que merecem ser assinalados por contrastarem com o clima geral de diminuição da actividade dos mercados energéticos e do consumo final de energia.

O ano de 2013 mostra-se ainda mais desafiador e exigente, porquanto tendo a empresa que se adaptar, conforme já referido, ao novo enquadramento regulamentar, existem também novos desafios de carácter estratégico. Neste particular, há a destacar a entrada do OMIE (operador do mercado à vista do MIBEL) na estrutura accionista da OMIClear e a plena integração dentro do Grupo OMI, a qual resultará, seguramente, num conjunto de valências acrescidas.

Tudo isto contribuirá para aumentar a visibilidade da OMIClear e reforçar o seu papel como câmara de compensação com assunção de contraparte central e sistema de liquidação dos mercados de energia na Península Ibérica e, indirectamente, no contexto europeu do mercado interno da energia.

Lisboa, 19 de Março de 2013

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto
Presidente do Conselho de Administração

02

FACTOS RELEVANTES

24 Fevereiro Realização da XVII reunião do Comité de Compensação e Liquidação, em Londres

30 Maio Realização da XVIII reunião do Comité de Compensação e Liquidação, em Madrid

02 Julho A OMIClear alcança novo máximo semestral de volume total registado com 35 TWh e também novo record semestral de volume OTC registado com 16,02 TWh, ambos no primeiro semestre de 2012

04 Setembro A OMIClear passa a disponibilizar para registo o Contrato N+3 (2015), passando a oferecer os três anos seguintes

14 Setembro Realização da XXIX reunião do Comité de Compensação e Liquidação, no Algarve

01 Novembro Em Outubro, foi superado o número de negócios registado, para compensação, num mês

23 Novembro Realização da primeira reunião do Comité de Risco da OMIClear, em Lisboa

30 Novembro OMIClear organiza reunião da *European Association of CCP Clearing Houses* (EACH) em Lisboa

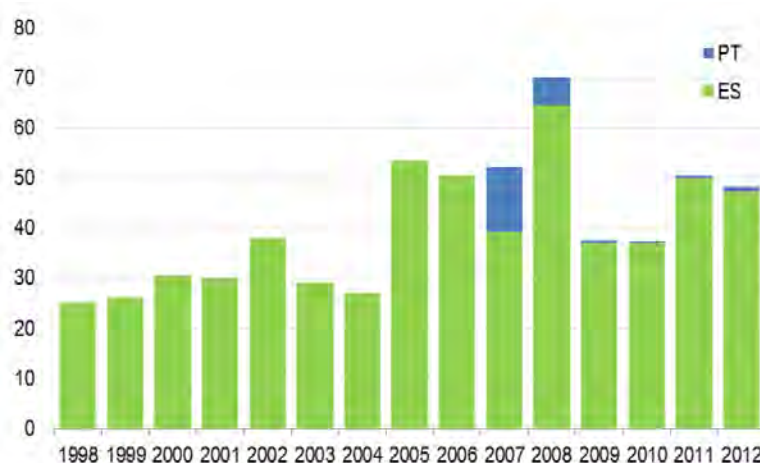
03

O MERCADO DE DERIVADOS

3.1 Enquadramento

Em termos dos preços da electricidade, o ano de 2012 ficou marcado por uma ligeira descida dos valores *spot*, tendo-se verificado, em média, uma diferença, na zona espanhola de cerca de 2,70 EUR/MWh face ao ano transacto, o que representa um decréscimo de 5,6%.

Figura 01 | Preços Spot (EUR/MWh) 1998 a 2012. Média Anual. Zonas Espanhola e Portuguesa



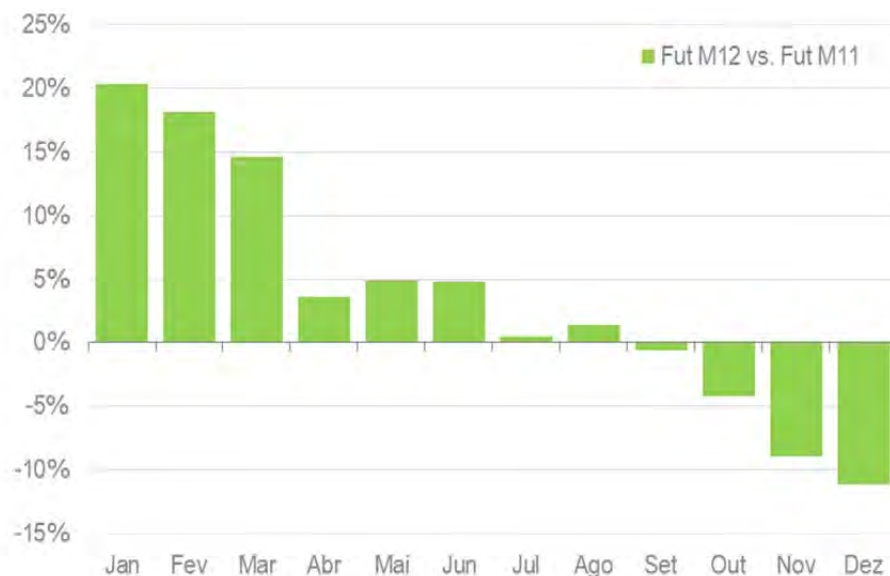
Por outro lado, manteve-se a tendência, já verificada nos três últimos anos, de valores reduzidos da diferença de preços entre as zonas portuguesa e espanhola do MIBEL, tendo-se registado um *spread* médio anual de 0,84 EUR/MWh.

Para além da já referida descida nos preços à vista face a 2011, também no mercado de futuros se registou idêntica tendência, com o preço médio dos futuros mensais a cair cerca de 2,6% face ao ano anterior. Sem prejuízo disso, por ter tido comportamento oposto, merece saliência a análise da cotação do contrato ano 2013, o qual foi negociado em Janeiro a um preço médio de 52,55 EUR/MWh, para em Dezembro ter apresentado um valor médio de 54,43 EUR/MWh, correspondendo a uma subida de 3,5%.

Figura 02 | Preços Futuros dos primeiros Contratos (EUR/MWh) Zona Espanhola



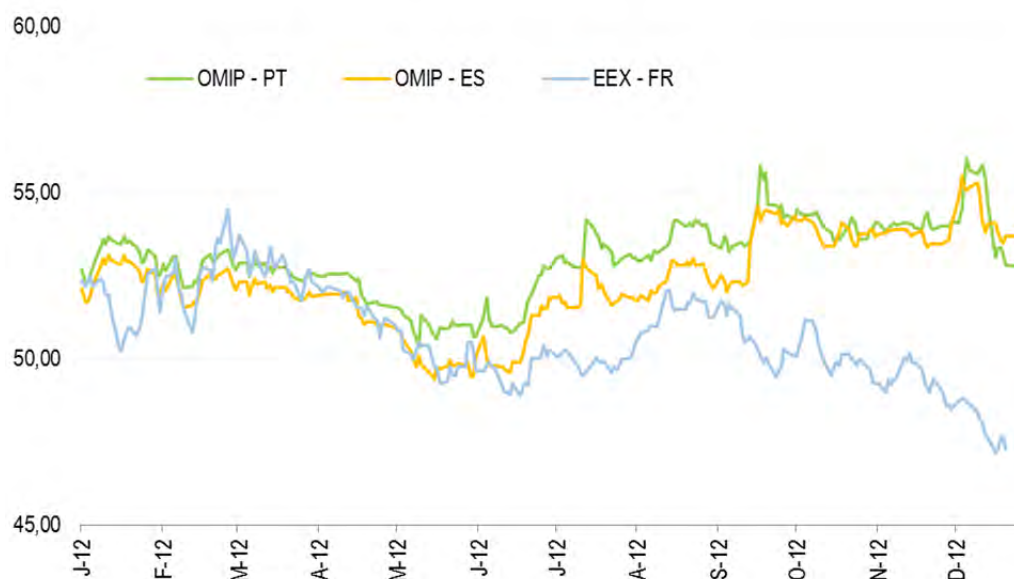
Figura 03 | Variação dos Preços médios dos Futuros Mensais 2012 vs. 2011 Zona Espanhola



Esta subida dos preços resultou no facto de as diferenças para o mercado francês, historicamente negativas, se estreitassem significativamente, tendo mesmo registado valores positivos em algumas ocasiões. No caso dos contratos trimestrais, a diferença foi notória durante o primeiro semestre, ao passo que, no contrato anual, a Ibéria apresentou durante o segundo semestre preços a futuro sempre superiores aos do mercado francês.

Figura 04 | Preços do primeiro Contrato de Futuros Trimestral (EUR/MWh).
Mercado Ibérico vs. Mercado Francês

Figura 05 | **Preços do Contrato de Futuros Ano 2013 (EUR/MWh).**
Mercado Ibérico vs. Mercado Francês



3.2 Actividade de Compensação e Liquidação

O volume registado e compensado pela OMIClear apresentou um crescimento de cerca de 9,2% em relação ao ano anterior, passando dos 61,2 TWh para os 66,8 TWh, representando um valor nocional de 3 486 milhões de euros.

Quadro 02 | **Indicadores de Actividade da OMIClear**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Volume registado (TWh)	66,8	61,2
Valor nocional registado (Milhão EUR)	3486	3245

Analisando os volumes registados numa base anual, manteve-se a tendência de subida evidenciada desde o arranque do mercado, tendo a OMIClear consolidado a terceira posição em termos das câmaras europeias na compensação de derivados de electricidade.

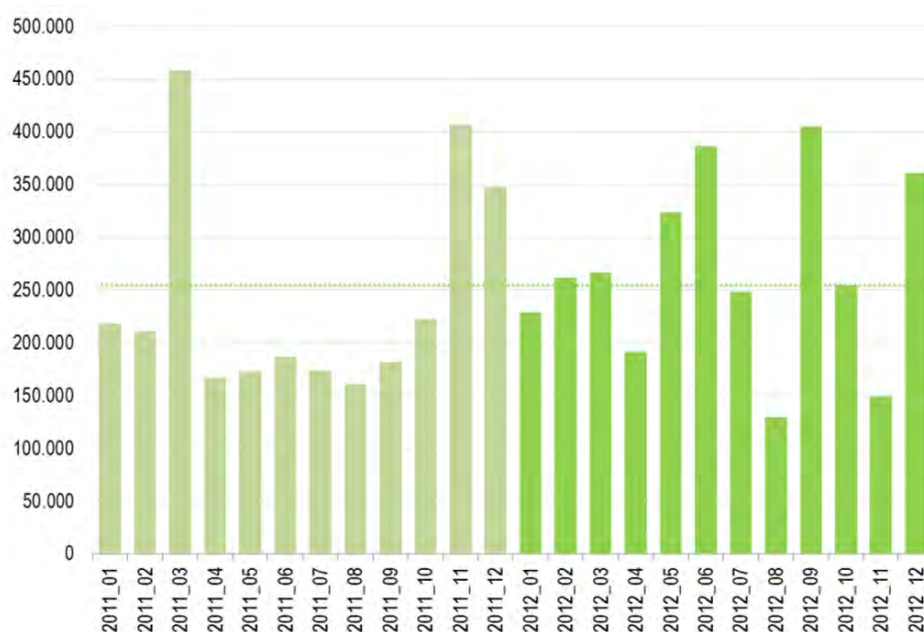
Figura 06 | Volume Anual Compensado pela OMIClear (TWh)



Verificaram-se crescimentos de 12,9% e de 4,4%, respectivamente, na compensação das operações de bolsa e no registo de operações bilaterais (OTC). O volume com origem no OMIP representou 57,6% do total, tendo a compensação de operações bilaterais registado os restantes 42,4%, equivalentes a 28,3 TWh.

Contudo, os volumes compensados apresentam, ainda, alguma volatilidade dentro do ano, uma vez que, durante 2012, apenas quatro meses tiveram volumes acima da média mensal registada, tendo sido responsáveis por 46% do volume do ano.

Figura 07 | Volume Mensal de Energia Registado na OMIClear (MWh)



Em termos diários, o ano de 2012 registou três sessões entre as dez com maior volume compensado, tendo a maior delas atingido uma energia equivalente de 2,65 TWh. De igual modo, Junho, Setembro e Maio foram, por esta ordem, os meses com maior volume, o mesmo acontecendo com os segundo e terceiro trimestres de 2012, em que se atingiram, respectivamente, 18,8 TWh e 16,8 TWh, de contratos futuros compensados.

Tendo em vista fomentar a liquidez do mercado, a OMIClear, em colaboração com o OMIP, continuou a apoiar o programa de criadores de mercado, havendo a registar em 2012:

- O estabelecimento de um contrato anual com todos os *market makers*;
- A adesão de uma nova entidade: a J.P. Morgan, que assim se juntou a AXPO Energia, Citigroup, Deutsche Bank e Nexus Energia, que já desempenhavam esse importante papel em anos anteriores.

Figura 08 | **Market Making no Mercado do OMIP. Futuros Zona Espanhola**

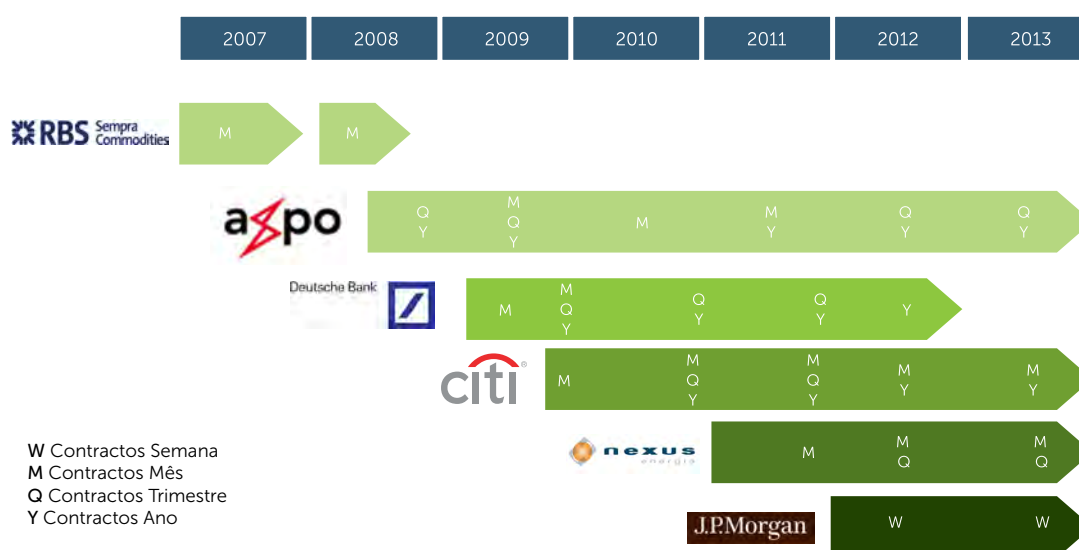
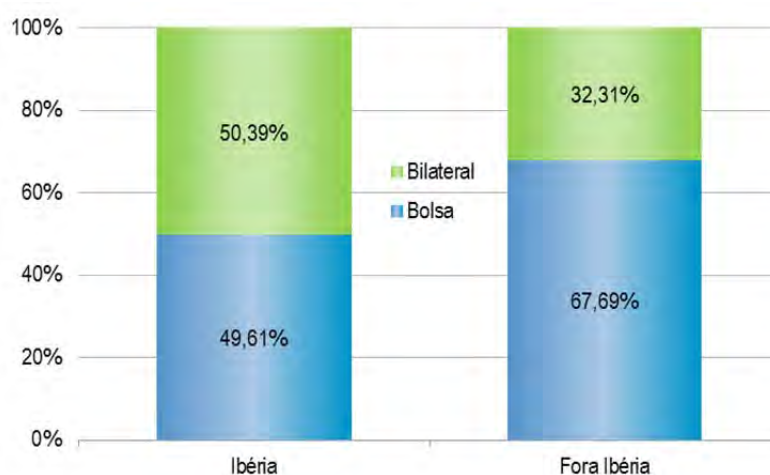


Figura 09 | **Repartição do Volume Compensado pela OMIClear Bolsa vs. OTC e Ibérica vs. Fora da Ibéria (2012)**



Cerca de 44,5% do volume compensado teve origem fora da Ibéria, sendo que a distribuição por segmento é claramente assimétrica.

O volume registado por entidades ibéricas advém, praticamente, em iguais parcelas, de operações feitas em Mercado e em OTC.

Já as entidades não ibéricas apresentam uma clara predominância de operações efectuadas em mercado (67,7%) face ao registo de operações bilaterais (32,3%).

Os contratos da zona portuguesa foram responsáveis por cerca de 8,5% do volume compensado.

Em termos de maturidades, os contratos mais registados na OMIClear (*cfr.* Figura 11) continuam ainda a ser os de entrega trimestral, com uma quota de mercado próxima dos 42%. De salientar o crescimento dos contratos de menor maturidade, que em 2012 foram responsáveis por 6,6% do volume compensado.

Figura 10 | **Volume negociado em Bolsa Compensado pela OMIClear (MWh).**
Repartição Histórica por Maturidades

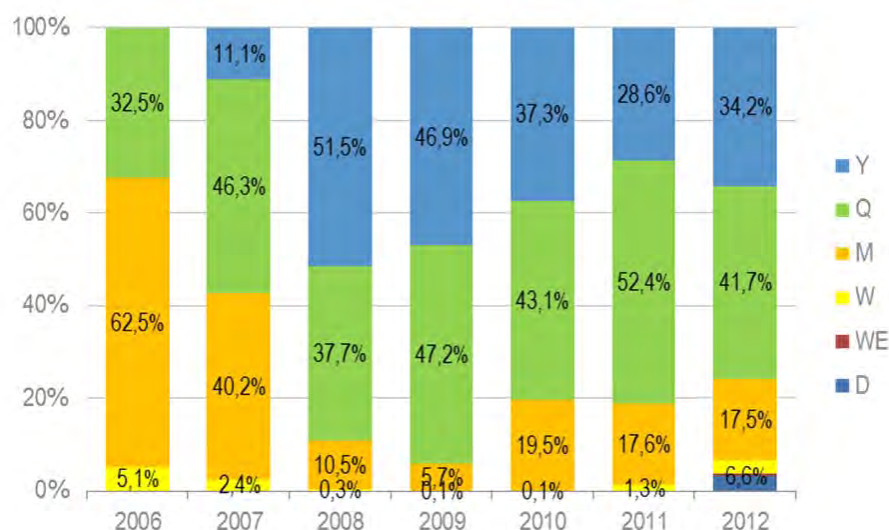
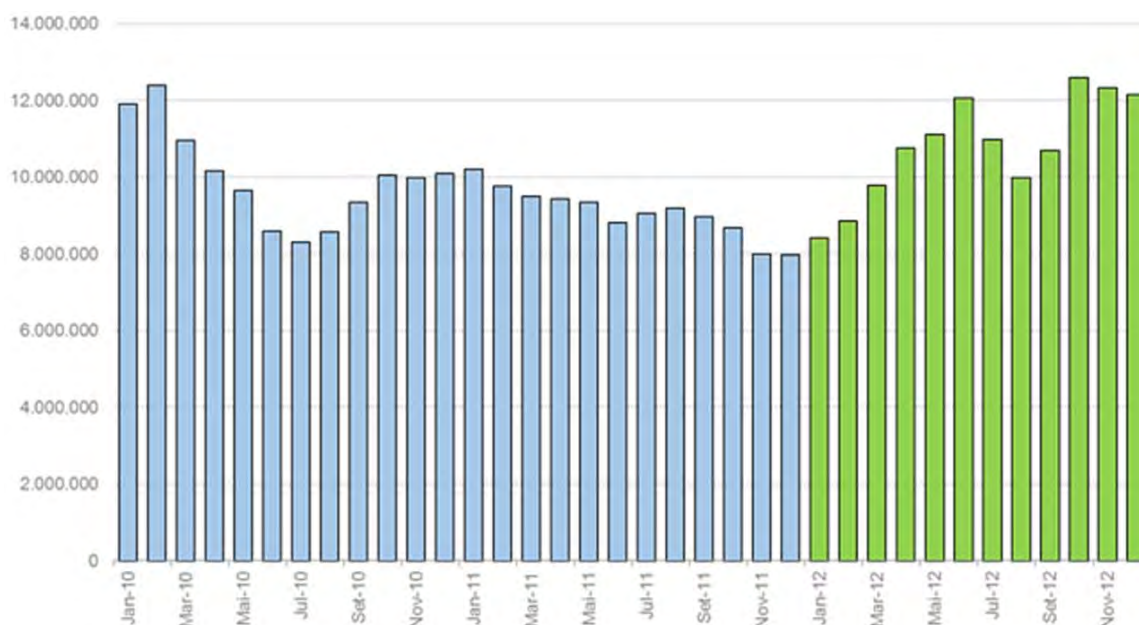


Figura 11 | **Volume OTC Compensado pela OMIClear (MWh)**



As posições abertas denotaram uma tendência de crescimento, o que poderá estar relacionado com a percepção de maior risco de preços decorrente do acréscimo de volatilidade verificado durante 2012.

Figura 12 | Valor a Final do Mês das Posições Abertas registadas na OMIClear (MWh)



3.3 Participantes

A OMIClear tem dois tipos de participantes: os membros compensadores, que são contraparte nas operações registadas e os agentes de liquidação, que desempenham, apenas, a função complementar de facilitar ou providenciar serviços de liquidação aos membros compensadores, junto do sistema TARGET2 do Sistema Europeu de Bancos Centrais no caso da liquidação financeira e junto do OMIE, no caso da liquidação física, não sendo, por isso, contraparte nos negócios.

Em 2012 a estrutura de membros não sofreu alterações significativas face ao ano transacto.

Assim, o número total de membros da OMIClear, no final do ano, manteve-se em 13. Já o número de agentes de liquidação totalizava 25 entidades, sendo 19 de liquidação física e seis de liquidação financeira. Durante 2012, o BHF Bank, AG, cuja unidade de negócio relacionada com a prestação de serviços de compensação e liquidação havia sido adquirida pelo Deutsche Bank em finais de 2011, cessou a sua participação como agente de liquidação financeira.

No quadro seguinte representa-se a lista de participantes da OMIClear, a Dezembro de 2012, com discriminação do respectivo estatuto.

Quadro 03 | Membros e Agentes da OMIClear (31.Dez.2012)

Entidade	Membro Compensador Directo	Membro Compensador Geral	Agente Liquidação Financeira	Agente Liquidação Física
Alpiq Energía España, S.A.U.				
AXPO Iberia, S.L.				
Banco Santander, S.A.				
Caixa Geral de Depósitos, S.A.				
Citibank International PLC, Sucursal en España				
Citigroup Global Markets Ltd.				
Deutsche Bank AG Frankfurt				
Deutsche Bank AG - Sucursal em Portugal				
Electrabel N. V. / S.A.				
E.ON Comercializadora de Último Recurso, S.L.				
E.ON Energy Trading, S.E.				
E.ON Generación, S.L.				
EDP - Energias de Portugal, S.A.				
EDP - Serviço Universal, S.A.				
EGL A.G.				
Endesa Energía XXI, S.L.				
Endesa Generación, S.A.				
Factor Energía, S.A.				
Gás Natural Electricidad SDG, S.A.				
Gás Natural SDG, S.A.				
Gás Natural SUR SDG, S.A.				
Goldman Sachs International				
HC Naturgas Comercializadora de Último Recurso, S.A.				
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.				
Iberdrola Generación, S.A.U.				
J. Aron & Company				
Morgan Stanley & Co. International plc.				
Morgan Stanley Bank, AG				
Nexus Energía, S.A.				

Espanha e Portugal concentram a maioria das entidades registadas na OMIClear nas modalidades de membro compensador e agente de liquidação, sendo que tal não é simétrico para todas as funções: a modalidade de membro compensador geral e agente de liquidação financeira apresenta uma distribuição praticamente equitativa entre a região ibérica e os restantes países europeus, ao passo que, na modalidade de membro compensador directo e agente de liquidação física, a predominância de membros Ibéricos é significativa.

Figura 13 | Origem dos Participantes na OMIClear (Dez.2012)

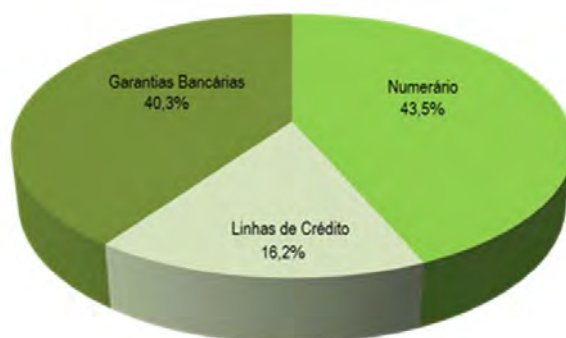


	MCD	MCG	ALFis	ALFin
Espanha	6	1	14	2
Portugal	0	1	2	2
Reino Unido	2	1	0	0
Alemanha	1	1	0	2
Bélgica	0	0	1	0
Suíça	0	0	1	0
E.U.A.	0	0	1	0
Total	9	4	19	6
Ibéricos	6	2	16	4
Não Ibéricos	3	2	3	2

À semelhança do que vem acontecendo há vários anos, efectuou-se uma ronda específica pelos membros compensadores da OMIClear visando a análise dos níveis de risco assumidos pela câmara de compensação. As conclusões fundamentais são de que tanto os sistemas, como o modelo de gestão têm respondido muito adequadamente às necessidades do mercado e o nível de risco de cada um dos membros se encontra dentro de parâmetros muito confortáveis face às garantias depositadas junto da OMIClear.

No final de 2012, a OMIClear possuía cerca de 376 milhões de euros em garantias, sendo que 163,8 milhões de euros correspondiam a depósitos em euros.

Figura 14 | **Composição da Carteira de Garantias da OMIClear (Dez.2012)**



04

MUDANÇA DE PARADIGMA REGULATÓRIO

Em 2012 assistiu-se a um grande volume de alterações regulatórias para os mercados financeiros em geral e a um volume sem precedentes para as câmaras de compensação e contrapartes centrais em particular. Em Fevereiro, a União Europeia alcançou o acordo político final relativo ao Regulamento Comunitário denominado EMIR, relativo aos derivados de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, o qual viria a ser publicado no Jornal Oficial de 27 de Julho. Antes disso, em Abril de 2012, foram tornados públicos os Princípios CPSS-IOSCO para as infra-estruturas de mercados financeiros, os quais serviram como referência para a nova regulação das câmaras de compensação e contrapartes centrais. Durante o mês de Setembro, a *European Securities and Markets Authority* (ESMA) e a *European Banking Authority* (EBA) apresentaram propostas de regulamentos de execução, cujo procedimento legislativo culminou com a publicação, já em Fevereiro de 2013, no Jornal Oficial, de sete Regulamentos Delegados.

A agenda regulatória em 2012 também se centrou na sustentabilidade das câmaras de compensação e contrapartes centrais e na obrigação destas em desenvolver as suas actividades num ambiente fortemente regulado. Para além das alterações operacionais requeridas pelo novo enquadramento, assistimos ao maior impacto regulatório sobre as câmaras de compensação e contrapartes centrais até à data, com a ESMA e a EBA a estabelecerem regulação, que implica um substancial aumento de capital. No caso da OMIClear será necessário multiplicar, praticamente, por três o seu actual capital próprio. Isto implica um esforço substancial pelo Grupo OMI e seus accionistas, de modo a cumprir com esta obrigação até final do terceiro trimestre de 2013.

A actividade de compensação e em particular a gestão de risco voltaram a estar na mira dos reguladores em 2012. A OMIClear trabalhou, e continuará a fazê-lo, activa e diligentemente, de modo a assegurar que está, e estará, conforme com a legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo os princípios CPSS-IOSCO, de modo a cumprir, para além do já mencionado requisito de capital, com todos os demais requerimentos de ordem operacional e técnica.

05

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2012, a actividade da área de sistemas de informação centrou-se em três componentes fundamentais: (i) a gestão dos contratos com fornecedores externos, de aplicações bem como de *hosting* dos sistemas e infra-estrutura de suporte das actividades da empresa; (ii) o desenho, especificação e implantação de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas e (iii) a manutenção da infra-estrutura de suporte da rede de dados e de comunicações das instalações da OMIClear.

No primeiro caso inclui-se a gestão comercial e técnica (novas versões, gestão de incidentes, etc.) de sistemas e serviços relacionados com a operação do mercado e outras actividades prestadas pela OMIClear, como: (i) o *Hosting* da plataforma de compensação; (ii) o Sistema de compensação (MiClear); (iii) o Sistema internacional de transacções bancárias (SWIFT); (iv) o Website corporativo (www.omiclear.eu), bem como de sistemas e serviços implicados na gestão da empresa; (v) o sistema de gestão documental (Filedoc); (vi) o sistema de contabilidade e facturação (Primavera) e (vii) os vários fornecedores de serviços de comunicações.

No que respeita aos novos desenvolvimentos, salientam-se as seguintes funcionalidades mais relevantes:

- a) Desenvolvimentos internos;
 - (i) Portal interno para extracção de relatórios a partir do sistema de compensação;
 - (ii) Relatório para extracção automática das comissões mensais cobradas aos clientes;
 - (iii) Automatização de extracção de outros relatórios utilizados nos procedimentos diários de *clearing*;
- b) Especificação e implantação de novas funcionalidades com recurso a fornecedores externos;
 - (i) Integração com a plataforma Trayport Clearing Hub que centraliza o registo, confirmação e compensação de negócios OTC executados em plataformas Trayport operadas por *brokers*;
 - (ii) Integração com plataforma eXRP (eXchange Related Processing) gerido pela EFETNet, que centraliza o registo e compensação de negócios OTC executados em qualquer tipo de plataforma operadas por *brokers* ou *traders*.

Relativamente à terceira componente, conseguiu-se que os trabalhos de manutenção da infra-estrutura de rede, dados e comunicações fossem, novamente, ao encontro das necessidades, tendo em consideração a optimização dos recursos existentes. Também para prevenir uma situação de falha inesperada da infra-estrutura iniciou-se um processo de implantação de uma solução de recuperação em caso de desastre (*Disaster Recovery*). O mesmo ocorreu para as instalações onde se situa a OMIClear, bem como para as aplicações mais críticas para a actividade da empresa, nomeadamente a plataforma de compensação MiClear, o Website corporativo e as aplicações de gestão documental e de contabilidade.

Assim, foi feita a especificação dos requisitos técnicos da solução e pedidas propostas a vários fornecedores, tendo-se procedido à respectiva adjudicação e iniciado os trabalhos em Novembro de 2012.

Estas modificações foram feitas num contexto de preocupação permanente em, por um lado, aumentar a eficiência empresarial e, por outro, aperfeiçoar a robustez dos sistemas, visando a melhoria da qualidade de serviço aos participantes no mercado.

06

OUTROS SERVIÇOS

Em 2012, a OMIClear continuou a desempenhar a função, iniciada em 2007, de gestão de garantias para a operação do sistema eléctrico português da responsabilidade da REN. Os agentes de mercado, que celebrem um contrato com o operador de sistema português - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN), têm a obrigação de constituir garantias suficientes para cobrir as obrigações financeiras decorrentes das suas transacções.

Os agentes podem optar por constituir estas garantias directamente com a REN, ou junto da OMIClear. Neste último caso, a OMIClear notifica e garante à REN, dentro de certos limites, o montante de garantias constituído pelo agente de mercado em causa. Este serviço permite aos agentes grandes ganhos operacionais por captação de sinergias, já que se relacionam com uma só entidade, a mesma com quem estão habituados a gerir o risco e a prestar garantias.

Por outro lado, a OMIClear continuou a colaborar estreitamente com o OMIP na gestão do processo de mudança de comercializador de gás natural, nomeadamente na operação do e_Switch, a plataforma informática desenvolvida para suportar, de forma célere, transparente e segura os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A..

Durante 2012 foram introduzidas, essencialmente, melhorias neste serviço, principalmente ao nível da automatização, controlo e monitorização de informação por parte do Gestor de Processo de Mudança de Comercializador (GPMC): automatização da evolução de passos para os principais fluxos, possibilidade de correcção de dados de pedidos directamente no Portal, melhoria e inclusão de novos filtros no menu Consulta de Pedidos (disponível para todos os agentes), novos relatórios estatísticos para controlo e monitorização de informação, envio automático de alertas de pedidos expirados e melhoria na pesquisa de informação para tratamento de pedidos pendentes no Portal.

Por último, importa destacar a promoção e organização de um ciclo de seminários relacionados com temas de risco de mercado, de crédito e operacional, no qual participaram oradores de reputado renome internacional, tendo as sessões sido realizadas em Lisboa e em Madrid.

07

ORGANIZAÇÃO

7.1 Accionista

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A. (100%)

Apesar de se encontrar previsto no Acordo Internacional de Santiago, na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga que o reviu, que o OMIE, enquanto sociedade gestora do mercado à vista do MIBEL, deverá deter uma participação de 50% no capital social da OMIClear, não foi possível, pelos motivos já explicados *supra* no texto, concretizar a operação de alienação no decurso de 2012.

7.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (Quadriénio 2009 – 2012)

Maria Elvira Teixeira Borges..... Presidente

Nuno Miguel da Silva Alves do RosárioVice presidente

Ana Paula Boazinha Fernandes Antão Cerqueira.....Secretária

Conselho de Administração (Quadriénio 2009 – 2012)

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto..... Presidente

Jorge Fernando da Silva Simão.....Vogal

Paulo Martins de Sena Esteves.....Vogal

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único (Triénio 2012 – 2014)

PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (SROC) Efectivo

José Manuel Henriques Bernardo (ROC).....Suplente

7.3 Comité de Risco (Julho 2012 – Junho 2014)

De acordo com as melhores práticas recomendadas para as câmaras de compensação e contrapartes centrais, a OMIClear, no seguimento de um processo eleitoral que correu junto dos membros compensadores e dos seus clientes (membros negociadores), instituiu um Comité de Risco, composto pelos seguintes elementos:

Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco (Independente) Presidente

Jaime Román Úbeda (Endesa)Vogal

João Miguel Chambel Filipe Lopes Leitão (EDP).....Vogal

Julián Calvo Moya (Iberdrola).....Vogal

Manuel Maeso Plaza (Enérgya VM).....Vogal

Mario Hélaire Margarita Claeys (EON Energy Trading)Vogal

O Comité de Risco teve a sua primeira reunião em 23 de Novembro de 2012. Todos os membros têm sólidas competências e conhecimentos nas áreas de actividade da OMIClear, sendo que os seus mandatos se prolongam até Junho de 2014.

As principais funções do Comité de Risco são as de assessorar o Conselho de Administração em assuntos relacionados com os diferentes tipos de riscos aos quais a câmara de compensação se encontra exposta, bem como a sua estrutura de gestão de risco, respectiva organização e procedimentos. O Comité de Risco será chamado a pronunciar-se relativamente a um vasto conjunto de temas, como os requisitos de admissão de participantes, a prestação de serviços de contraparte central e sistema de liquidação, face a transacções realizadas em diferentes estruturas de negociação, bem como a disponibilidade, para compensação e liquidação, de novas classes de produtos.

7.4 Comité de Ética (Julho 2011 – Junho 2013)

Angel Landa López de Ocariz

António Sevilla Cervantes

Ignasi Nieto Magaldi

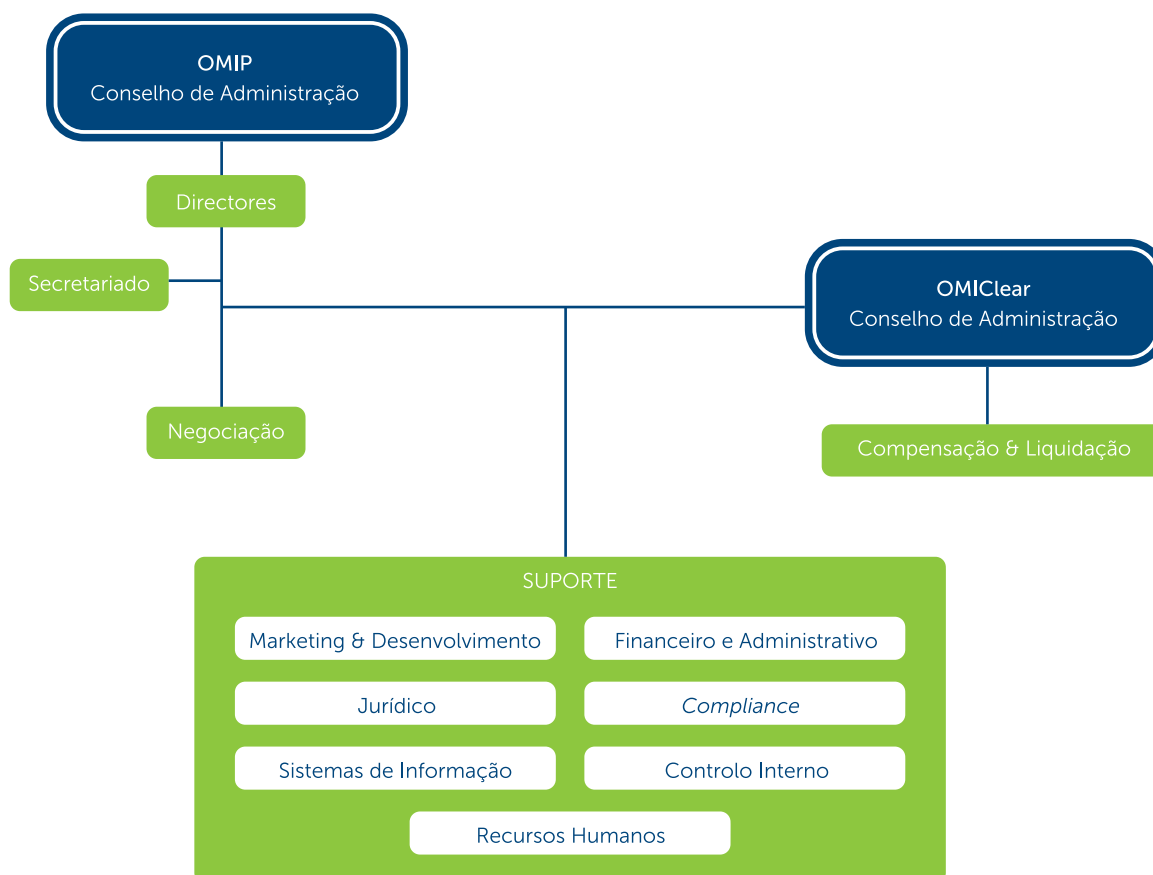
João José Esteves Santana

João Luís Correia Duque

7.5 Pessoal

Em termos de estrutura organizativa, a OMIClear possui uma área operacional específica, dedicada à gestão nuclear da câmara de compensação, nomeadamente às suas funções de gestão de risco, sendo a prestação de serviços das áreas de suporte realizada em comum com o OMIP, conforme se esquematiza na figura seguinte. Não obstante, a relação jurídica laboral de cada colaborador é efectuada apenas com uma das empresas.

Figura 15 | Organização Operacional OMIP/OMIClear



A 31 de Dezembro de 2012, a OMIClear contava, para além dos três membros do Conselho de Administração, com dez colaboradores, sendo que quatro deles estão exclusivamente dedicados à função de compensação e liquidação. Seis dos colaboradores são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, sendo que têm uma média de idades de 30 anos e todos possuem licenciatura, ou um grau académico superior.

08

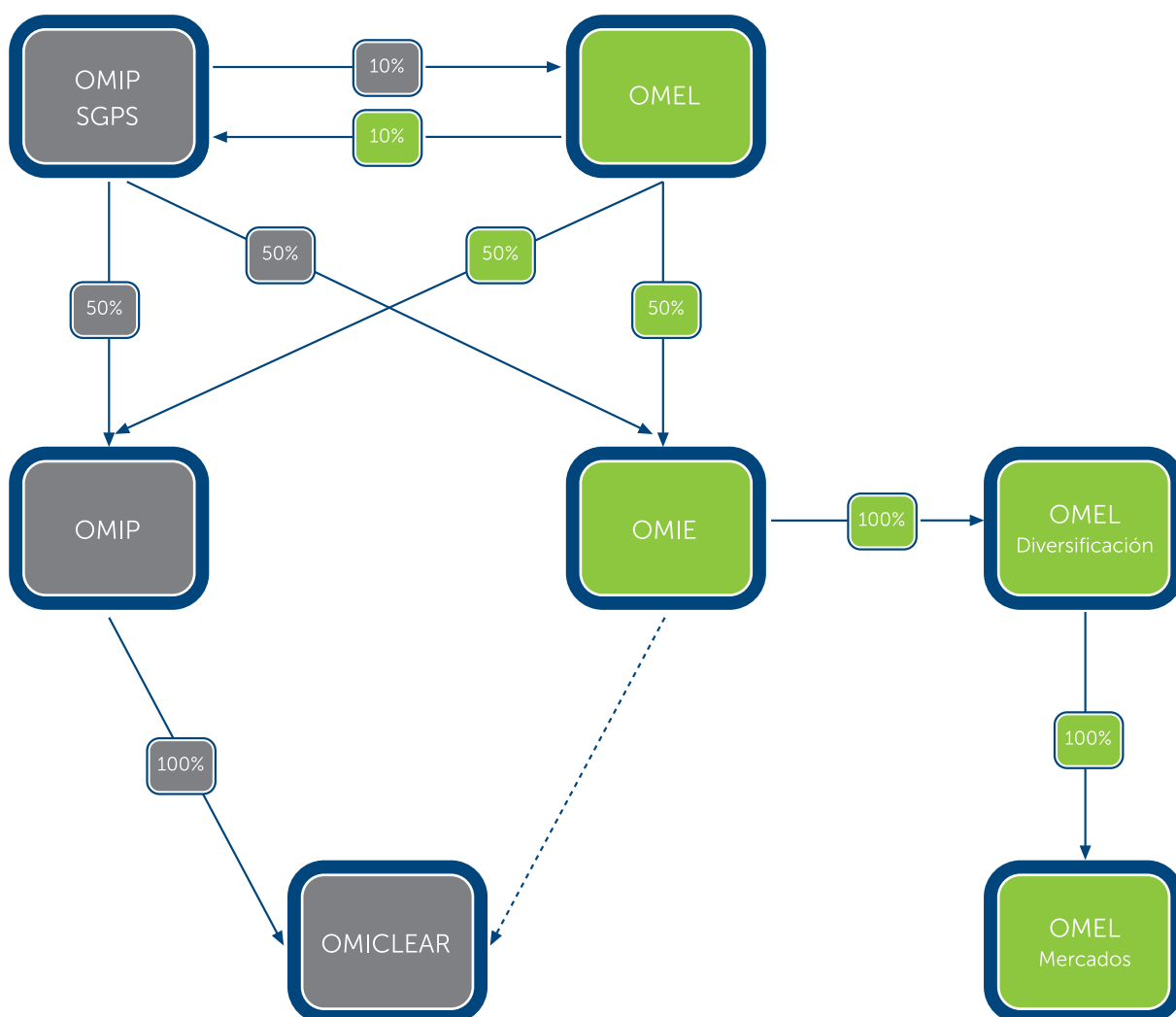
PERSPECTIVAS PARA 2013

O ano de 2013 é um ano de capital importância para a OMIClear. Por dois principais motivos.

Primeiro porque terá de concluir o seu processo de conformação e adaptação ao novo enquadramento jurídico resultante do EMIR, conforme já antes referido no texto, de modo a poder ser reconhecida a nível europeu como contraparte central, nos termos previstos nessa mesma legislação.

E, segundo, porque o Acordo Internacional de Santiago, na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, prevê, expressamente, que a OMIClear seja detida em partes iguais pelos dois operadores de mercado OMIP e OMIE. Em 2012 não foi concretizada a operação de entrada do operador do mercado à vista do MIBEL no capital da OMIClear, uma vez que houve necessidade de, à luz do enquadramento jurídico acabado de referir, reequacionar todo o processo, em particular a observância de requisitos relacionados com recursos e necessidades de capital.

Figura 16 | Estrutura empresarial do OMI



Com o compromisso firme do Grupo OMI e dos seus accionistas, a OMIClear continuará a prestar aos seus membros um serviço com qualidade, valor acrescentado e diferenciado de outras propostas concorrenciais.

09

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, considerando: (i) o número 2 do artigo 5º do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, que preceitua não deverem ser distribuídos dividendos enquanto os fundos próprios não atingirem o dobro do capital social mínimo exigível às entidades gestoras, nem quando, por força dessa distribuição, fiquem abaixo desse limite; (ii) que os capitais próprios da OMIClear a 31 de Dezembro de 2012 são de 3 970 144 EUR e (iii) que o capital social é de 3 000 000 EUR, deliberou propor que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor positivo de 866 300 EUR, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	86 630,04 EUR
Para Resultados Transitados	779 670,41 EUR

Lisboa, 19 de Março de 2013

O Conselho de Administração

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Jorge Fernando da Silva Simão

Paulo Martins de Sena Esteves

10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Balanço

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2012	31-12-2011
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	58.794	193.895
Participações financeiras - outros métodos		5.000	5.000
Activos por impostos diferidos	6	-	122.424
		63.794	321.319
Corrente			
Clientes		-	1.080
Estado e outros entes públicos	7	356.523	203.113
Outras contas a receber	8	264.407	226.884
Activos por impostos diferidos	6	-	47.790
Diferimentos		11.352	5.012
Depósitos de garantia	20	163.809.682	143.884.552
Caixa e depósitos bancários	4	3.864.027	3.577.370
		168.305.991	147.945.801
Total do activo		168.369.785	148.267.121
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	9	3.000.000	3.000.000
Reservas legais	10	9.070	4.030
Resultados transitados	10	94.774	49.414
		3.103.844	3.053.444
Resultado líquido do período		866.300,45	50.399
Total do capital próprio		3.970.144	3.103.844
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	11	121.660	113.869
Adiantamentos de clientes		23.170	
Estado e outros entes públicos	7	13.816	11.664
Passivos por impostos diferidos	6	-	42.140
Outras contas a pagar	11	431.314	1.111.052
Depósitos Garantias	20	163.809.682	143.884.552
		164.399.641	145.163.277
Total do passivo		164.399.641	145.163.277
Total do capital próprio e do passivo		168.369.785	148.267.121

Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	12	1.240.383	1.119.022
Fornecimentos e serviços externos	13	(901.040)	(809.874)
Gastos com o pessoal	14	(380.475)	(370.228)
Outros rendimentos e ganhos	16	1.508.621	21.216
Outros gastos e perdas	15	(300.417)	(108.293)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.167.072	(148.158)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		(136.436)	(139.552)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.030.635	(287.710)
Juros e rendimentos similares obtidos	17	142.073	358.842
Juros e gastos similares suportados	17	(16)	(1.449)
Resultados antes de impostos		1.172.692	69.683
Imposto sobre o rendimento do período	18	(306.392)	(19.284)
Resultado líquido do exercício		866.300	50.399

Demonstração das alterações nos capital próprio

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2011	3.000.000	3.457	44.254	5.733	3.053.444
Total do rendimento do período	-	-	5.733	50.399	56.133
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	573	-573	-5.733	-5.733
A 31 de Dezembro de 2011	3.000.000	4.030	49.414	50.399	3.103.844

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2012	3.000.000	4.030	49.414	50.399	3.103.844
Total do rendimento do período	-	-	50.399	866.300	916.700
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	5.040	-5.040	-50.399	-50.399
A 31 de Dezembro de 2012	3.000.000	9.070	94.774	866.300	3.970.144

Demonstração dos fluxos de caixa

	31-12-2012	31-12-2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	66.936.536	80.746.345
Pagamentos a fornecedores	(66.061.137)	(79.618.106)
Pagamentos ao pessoal	(340.290)	(374.713)
Caixa gerada pelas operações	535.109	753.526
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	76.082	(56.139)
Outros recebimentos/pagamentos	(1.345.744)	19.793
Fluxos das actividades operacionais (1)	(734.553)	717.180
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	-
Activos fixos tangíveis	-	(41.341)
Activos Intangíveis	-	(41.341)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	1.021.477	354.476
Dividendos	- 1.021.477	- 354.476
Fluxos das actividades de investimento (2)	1.021.477	313.135
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e rendimentos similares	-	15.949
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	(266)	(736)
Dividendos	- (266)	- (736)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(266)	15.213
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	286.657	1.045.528
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.577.370	2.531.842
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.864.027	3.577.370
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES		
Numerário	383	600
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa		
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	1.363.644	576.770
Outras diponibilidades	2.500.000	3.000.000
Diponibilidades constantes do Balanço	3.864.027	3.577.370

Do montante total de recebimentos de clientes e fornecedores, 3 964 488 EUR referem-se aos depósitos de garantias dos membros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1 Informação Geral

A OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, 14 – 8.º piso, foi constituída ao abrigo do artigo 488.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 6 de Abril de 2004.

A sociedade iniciou a sua actividade em 7 de Abril de 2004, tendo por objecto social a gestão de uma câmara de compensação e de um sistema de liquidação, assim como a assunção da posição de contraparte central de operações a contado e a prazo, nomeadamente, futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que tenham por activo subjacente electricidade ou outros produtos de base energética relacionados ou outros equivalentes, de natureza real ou nocional, índices de electricidade, de produtos de base energética ou de outros activos equivalentes, quer tenham uma liquidação por entrega, quer tenham uma liquidação meramente financeira.

A sociedade pode, ainda, exercer actividades que sejam subsidiárias ou acessórias daquelas que constituem o seu objecto principal, desde que as mesmas não constituam uma actividade de intermediação financeira, nomeadamente:

- (i) Gerir sistemas de anotações em conta e apuramento de posições líquidas;
- (ii) Prestação aos membros dos sistemas por si geridos dos serviços que se revelem necessários à intervenção desses membros em mercados ou sistemas geridos por entidade congénere de outro Estado;
- (iii) Prestação de serviços de consultadoria relacionados com os sistemas por si geridos;
- (iv) Participação em estudos, elaboração, distribuição e comercialização de informações relativas a mercados;
- (v) Desenvolvimento, gestão e comercialização de equipamento e programas informáticos, bem como de redes telemáticas destinadas à contratação e à transmissão de ordens ou de dados.

A sociedade pode, também, participar noutras sociedades, de objecto igual ou complementar do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas.

O capital social da OMIClear é de 3 000 000 EUR, representado por 300 000 acções com o valor nominal de 10 EUR cada, o qual, em 31 de Dezembro 2012, era detido em 100% pelo OMIP - Pólo Português, S.G.M.R., S.A..

A OMIClear constituiu uma sucursal em Espanha, no dia 22 de Novembro de 2010, à qual foi atribuído o NIF W0106378C. A sucursal em Espanha tem a denominação "OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, Sociedade Gestora de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central (SGCCCC), S.A., Sucursal en España" e tem a sua sede na Calle Ribera de Loira, 46, 28046 Madrid, Espanha.

As actividades descritas adiante constituem o objecto da Sucursal, que são parcialmente coincidentes com o objecto social da sociedade mãe:

- (i) Gestão de uma câmara de compensação e de um sistema de liquidação, assim como a assunção da posição de contraparte central de operações a contado e a prazo, nomeadamente, futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que tenham por activo subjacente electricidade ou outros produtos de base energética relacionados ou outros equivalentes, de natureza real ou nocional, índices de electricidade, de produtos de base energética ou de outros activos equivalentes, quer tenham uma liquidação por entrega, quer tenham uma liquidação meramente financeira;

- (ii) Exercer actividades que sejam subsidiárias ou acessórias daquelas que constituem o seu objecto principal, desde que as mesmas não constituam uma actividade de intermediação financeira, nomeadamente: a) gerir sistemas de anotações em conta e apuramento de posições líquidas; b) prestação aos membros dos sistemas por si geridos dos serviços que se revelem necessários à intervenção desses membros em mercados ou sistemas geridos por entidade congénere de outro Estado; c) prestação de serviços de consultadoria relacionados com os sistemas por si geridos; d) participação em estudos, elaboração, distribuição e comercialização de informações relativas a mercados; e e) desenvolvimento, gestão e comercialização de equipamento e programas informáticos, bem como de redes telemáticas destinadas à contratação e à transmissão de ordens ou de dados;
- (iii) Participar noutras sociedades, de objecto igual ou complementar do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas;
- (iv) Conceder suprimentos e outras formas de empréstimo e podem conceder prestações acessórias às sociedades por si participadas.

A Sucursal foi dotada inicialmente com um património em dinheiro no valor de 5 000 EUR (cinco mil euros), montante que foi transferido pela OMIClear para uma conta bancária aberta em nome da Sucursal junto de uma instituição de crédito domiciliada em Espanha. A Sucursal durará por tempo indeterminado, não podendo exceder a duração da OMIClear. Os representantes permanentes da Sucursal coincidem com os membros do órgão de administração da OMIClear:

- (i) José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto;
- (ii) Jorge Fernando da Silva Simão;
- (iii) Paulo Martins de Sena Esteves.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho de Administração, na reunião de 19 de Março de 2013. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da OMIClear, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Base de preparação

Estas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas demonstrações foram preparadas tendo como moeda de apresentação o Euro.

3 Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Participações Financeiras – Filiais e associadas

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a OMIClear tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está

associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a OMIclear detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais ou associadas estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

3.2 Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incursos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, e descobertos bancários.

3.4 Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

3.5 Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

No exercício de 2008, a Empresa passou a ser integrada em sede de IRC no perímetro de consolidação fiscal do Grupo REN. Como consequência os movimentos relativos aos pagamentos por conta foram registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

Em 2011, a empresa deixou de pertencer ao grupo fiscal da REN. Contudo, como o facto que deu origem a essa situação apenas ocorreu em 18 de Outubro de 2011, os pagamentos por conta foram registados no balanço da REN na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

No exercício de 2012, os pagamentos por conta foram registados nas contas da empresa e serão deduzidos ao imposto a pagar.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: (i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e (ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.6 Activos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os empréstimos concedidos e contas a receber inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como "Outras contas a receber", e são reconhecidos ao custo deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7 Novação de Transacções

A OMIClear funciona como câmara de compensação das operações realizadas no Mercado de Derivados de Electricidade gerido pelo OMIP, aceitando também o registo, para compensação e liquidação, de operações realizadas fora de bolsa. A OMIClear executa as funções necessárias para que as operações sejam devidamente compensadas e liquidadas, nomeadamente:

- (i) Admissão de participantes no registo, compensação e liquidação das operações;
- (ii) Suporte no registo de operações e respectiva compensação e liquidação;
- (iii) Tomada da posição de Contraparte Central nas operações registadas;
- (iv) Definição da fórmula de cálculo e, consequentemente, o cálculo e gestão das garantias a prestar pelos participantes para o registo das operações;
- (v) Controlo do risco assumido pelos detentores de posições registadas.

A OMIClear assume a posição de Contraparte Central em todas as operações que foram registadas, garantindo o cumprimento das obrigações de ambas as partes. Verificando-se o registo da operação, a OMIClear administra as posições daí resultantes através da sua neutralidade, funcionando como o comprador para o vendedor e vice-versa.

Os derivados são determinados pelo seu justo valor à data da transacção, que é zero. Alterações no justo valor dos derivados após a data da operação são ajustadas, diariamente, através de depósitos, tornando o seu justo valor novamente nulo. Os depósitos de garantia recebidos e as dívidas aos participantes são apresentados no balanço em termos líquido tornando o seu valor nulo (ver detalhe na nota 20).

3.8 Depósitos Restritos

A OMIClear recebe depósitos monetários dos agentes para garantir o cumprimento dos contratos de futuros, os quais são depositados numa conta bancária separada em nome da empresa. No entanto, o uso destes depósitos é restrito, podendo ser utilizados apenas quando um agente entre em incumprimento, sendo a OMIClear obrigada a assumir a sua posição perante a outra contraparte. Depósitos restritos são contabilizados como activos assim como a correspondente responsabilidade para com o participante. Estes depósitos são reembolsados quando o agente termina a sua participação no mercado.

3.9 Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A OMIClear classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.10 Rêdito

O rêdito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.11 Desvios Tarifários

Uma vez que o SNC é omissivo relativamente às actividades reguladas e ao registo de desvios tarifários, a OMIClear definiu a política para o reconhecimento e mensuração dos desvios tarifários conforme previsto na NCRF 4 – ‘Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros’ com referência ao normativo internacional SFAS 71 – *Rate regulated activities*. O SFAS 71 refere que: “uma entidade deve reconhecer: a) um activo regulatório pelo seu direito a recuperar custos específicos incorridos anteriormente e a obter um retorno específico; ou b) um passivo regulatório pela sua obrigação de devolver montantes recebidos anteriormente e pagar uma remuneração específica, quando tem o direito a aumentar ou reduzir as tarifas futuras” consoante os mecanismos de recuperação instituídos pelo regulador.

Desta forma a OMIClear estimava até 2010, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo Regulamento Tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, os desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correcção era ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$).

Excepcionalmente, o regulador definiu durante o exercício de 2010, que o ajustamento referente aos anos de 2009 e 2010, seria apenas aceite no exercício de 2012.

Como tal os desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em $n+2$ conforme preconizado no Regulamento Tarifário, isto é, em 2012.

3.12 Especialização de Exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

4 Fluxos de caixa

4.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A OMIClear não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	383	600
Depósitos bancários	3.863.644	3.576.770
	<u>3.864.027</u>	<u>3.577.370</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Numerário		
- Caixa	383	600
	<u>383</u>	<u>600</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1.363.644	576.770
- Depósitos a Prazo	2.500.000	3.000.000
	<u>3.863.644</u>	<u>3.576.770</u>
	<u>3.864.027</u>	<u>3.577.370</u>

5 Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas de activo fixo tangível foram como se segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2011

	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2011		
Custo de aquisição	1.761.749	1.761.749
Depreciações acumuladas	(1.438.319)	(1.438.319)
Valor líquido	<u>323.430</u>	<u>323.430</u>
31 de Dezembro de 2011		
Adições	10.017	10.017
Depreciação - exercício	(139.552)	(139.552)
Valor líquido	<u>193.895</u>	<u>193.895</u>
31 de Dezembro de 2011		
Custo de aquisição	1.771.766	1.771.766
Depreciações acumuladas	(1.577.871)	(1.577.871)
Valor líquido	<u>193.895</u>	<u>193.895</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas de activo fixo tangível foram como se segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2012

	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2012		
Custo de aquisição	1.771.766	1.771.766
Depreciações acumuladas	(1.577.871)	(1.577.871)
Valor líquido	193.895	193.895
31 de Dezembro de 2012		
Adições	1.336	1.336
Depreciação - exercício	(136.436)	(136.436)
Valor líquido	58.794	58.794
31 de Dezembro de 2012		
Custo de aquisição	1.773.102	1.773.102
Depreciações acumuladas	(1.714.307)	(1.714.307)
Valor líquido	58.794	58.794

Em 31 de Dezembro de 2012, os activos fixos tangíveis referem-se a equipamentos administrativos os quais incluem maioritariamente software utilizado para a operação das actividades da câmara de compensação.

6 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue.

Impostos Diferidos Activos

	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2011	47.790	139.789	187.579
Reversão por resultados	-	(17.365)	(17.365)
Movimento do período	-	(17.365)	(17.365)
A 31 de Dezembro de 2011	47.790	122.424	170.214
	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2012	47.790	122.424	170.214
Reversão por resultados	(47.790)	(122.424)	(170.214)
Movimento do período	(47.790)	(122.424)	(170.214)
A 31 de Dezembro de 2012	-	-	-

Impostos Diferidos Passivos

	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2011	42.140
Período findo em 31 de Dezembro	
Movimentos do período	-
A 31 de Dezembro de 2011	42.140
	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2012	42.140
Movimentos do período	(42.140)
A 31 de Dezembro de 2012	-

7 Estado e Outros Entes Públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe da rubrica “Estado e Outros entes públicos” é como se segue:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento	163.627		78.545	
Retenções na fonte s/rendimentos		5.401		4.659
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	192.896	-	124.567	-
Contribuições p/ segurança social	-	8.415	-	7.005
IVA noutros mercados	-	-	-	-
	356.523	13.816	203.113	11.664

Detalhe da rubrica de IRC

	2012	2011
Pagamentos por conta	3.038	
Retenções na fonte	338.567	80.464
Estimativa de IRC	(177.978)	(1.919)
Total	163.627	78.545

8 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe da rubrica "Outras contas a receber" é o seguinte:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores				
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	-	-	-
OMIP SGPS	4.073	4.073	3.791	3.791
OMIP SGMR	80.067	80.067	50.167	50.167
Outros	-	-	4.366	4.366
Acréscimos de rendimento				
Juros a receber	129.329	129.329		
Acréscimo de Rendimentos - Desvios Tarifários	-	-	168.560	168.560
Outros	50.939	50.939		
Outras contas a receber	264.407	264.407	226.884	226.884

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e Inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em n+2 (ano 2012) conforme preconizado no Regulamento Tarifário.

O valor de 129 329 EUR refere-se à especialização de juros dos depósitos das garantias corresponde ao mês de Dezembro de 2012, que a empresa só vai receber em Janeiro de 2013.

9 Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da OMIClear, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 300 000 acções com o valor nominal de 10 EUR cada.

10 Outras Reservas e Resultados Acumulados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados acumulados" registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012:

Outras variações no capital próprio

	Reservas legais	Resultados acumulados	Resultado exercício	Total
1 de Janeiro de 2012	4.030	49.414	50.399	103.844
Resultado líquido do período	-	-	866.300	-
Total de ganhos reconhecidos no período	4.030	49.414	916.700	103.844
Transferência para outras reservas	5.040	45.359	(50.399)	-
A 31 de Dezembro 2012	9.070	94.774	866.300	970.144

A transferência para outras reservas foi efectuada de acordo com os termos aprovados pela Assembleia Geral, em 18 de Abril de 2012, relativos à aplicação do resultado líquido do exercício de 2011.

11 Outras Contas a Pagar

A decomposição da rubrica “Outras contas a pagar”, em 31 de Dezembro de 2012 é como segue:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores	121.660	121.660	113.869	113.869
Total Fornecedores	121.660	121.660	113.869	113.869
Outros Credores				
Fornecedores investimento	1.876	1.876	-	-
REN, SGPS, S.A.	-	-	(108.093)	(108.093)
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	-	59.606	59.606
OMIP SGPS	3.496	3.496	-	-
OMIP SGMR	188.489	188.489	767.869	767.869
Outros Credores	71.900	71.900	67.361	67.361
Credores por acréscimos de gasto				
Férias e Sub. Férias	16.181	16.181	33.233	33.233
Outros Gastos c/Pessoal	36.782	36.782	-	-
Desvios Tarifários	-	-	191.160	191.160
Outros	112.591	112.591	99.916	99.916
Total Outras contas a pagar	431.314	431.314	1.111.052	1.111.052

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da energia e inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, foram recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, em 2012.

O valor de “Outros Gastos c/Pessoal” refere-se à especialização do “Prémio de produtividade” a receber em 2013 e referente a 2012.

O valor de “Outros” refere-se a:

Credores por acréscimos de gasto

Outros	112.591
- Fees de gestão	29.453
- Juros 2012, de garantias a pagar aos membros em 2013	38.239
- Prestação serviços dos <i>market makers</i> referentes a 2012 e só facturadas em 2013	44.168
- Diversos	730

12 Vendas e Prestações de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos serviços prestados é como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Serviços Secundários		
- Fees admissão e manutenção	117.500	114.941
- Fees variáveis	1.037.984	918.575
- Licenças	84.899	85.506
	1.240.383	1.119.022

13 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Custos com trabalhos especializados	759.447	173.031
Honorários	34.277	3.716
Conservação e Reparação	-	11.119
Custos serviços comuns	-	531.717
Cursos de formação	-	3.375
Deslocações e estadas	12.662	18.163
Comunicação	23.905	44.480
Rendas e Alugueres	34.994	10.408
Despesas de Representação	12.704	8.232
Despesas de Condomínio	7.163	
Seminários	5.038	
Outros (individualmente inferiores a 3 000 EUR)	10.851	5.636
	901.040	809.874

As rubricas mais relevantes de fornecimentos e serviços externos são as de (i) trabalhos especializados que incluem trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas e (ii) fees de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo à OMIClear.

14 Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos no exercício de 2012, foram como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações	300.010	293.757
Encargos sociais	76.687	68.795
Outros gastos	3.778	7.677
	380.475	370.228

O número médio de colaboradores em 2012 foi de dez (eram nove em 2011).

15 Outros Gastos e Perdas

O detalhe dos Outros gastos e perdas é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Impostos	897	26.447
Custos com operações de mercado	288.565	78.587
Correcções de exercícios anteriores	1.599	-
Quotizações	6.000	-
Outros	3.355	3.259
	<u>300.417</u>	<u>108.293</u>

Os gastos reconhecidos com operações do mercado a Dezembro de 2012 e 2011, resultaram, das comissões cobradas pelos criadores de mercado (*Market Makers*).

16 Outros Rendimentos e Ganhos

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Proveitos em Fees de Gestão	156.945	-
Proveitos de Garantias	1.342.889	-
Proveitos em correcções exercícios anteriores	-	21.214
Outros proveitos	6.769	2
Excesso estimativa imposto	574	-
Diferenças de Câmbio	1.443	-
	<u>1.508.621</u>	<u>21.216</u>

O valor de "Proveitos de garantias" encontra-se relacionado com os rendimentos de capital recebidos pela gestão das garantias depositadas na OMI Clear.

17 Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos Gastos e Rendimentos Financeiros é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de depósitos	142.073	358.842
Outros juros e proveitos similares	-	-
	<u>142.073</u>	<u>358.842</u>
Juros e gastos similares		
Juros suportados	-	(1)
Outros custos financeiros	(16)	(1.448)
	<u>(16)</u>	<u>(1.449)</u>
	<u>142.057</u>	<u>357.393</u>

18 Imposto do Período

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Imposto s/ rendimento corrente	177.978	1.919
Imposto s/ rendimento diferido	128.413	17.365
Total	306.392	19.284

A reconciliação do montante de imposto do período é como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Resultado antes de Imposto	1.172.692	69.683
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	310.763	18.466
Custos não dedutíveis	2.426	526
Rendimentos não tributáveis	(25.101)	(750)
Tributação autónoma	1.270	877
	289.359	19.119
Imposto s/ rendimento corrente	177.978	1.919
Imposto s/ rendimento diferido	128.413	17.365
Imposto s/ rendimento	306.392	19.284
Taxa efectiva de imposto	26,13%	27,67%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%

19 Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012, a OMIClear era detida em 100% pelo OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A.. Deste modo, a lista das entidades relacionadas com a OMIClear ao longo de 2012 foi a seguinte:

Entidades relacionadas

Empresas do Grupo

OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA
 OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA
 OMIP - Pólo Português, SGMR, S.A.
 OMI - Pólo Español, S.A.
 OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A., Sucursal en España

Outras partes relacionadas

REN Serviços, SA
 REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
 REN – Rede Electrica Nacional, S.A.
 Banco Comercial Português, S.A.
 Caixa Geral de Depósitos, S.A.
 Banco Espírito Santo, S.A.

19.1 Gastos – Empresas Relacionadas

Durante o período, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Compras de Serviços		
OMIP SGMR	394.106	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	49.546
REN Serviços, S.A	6.248	10.500
	<u>400.355</u>	<u>60.046</u>

19.2 Rendimentos – Empresas Relacionadas

Durante o período, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Prestação de Serviços		
OMIP SGMR	127.556	-
OMIP SGPS	18.669	-
	<u>146.226</u>	<u>-</u>

19.3 Saldos com partes relacionadas – Empresas do Grupo

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2012, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Clientes e outras contas a receber		
OMIP SGMR	80.067	50.167
OMIP SGPS	4.073	3.791
	<u>84.140</u>	<u>53.959</u>
	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A	-	108.093
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	(59.606)
REN Serviços, S.A.	(1.921)	(12.098)
OMIP SGPS	(3.496)	-
OMIP SGMR	(188.489)	(767.869)
	<u>(193.906)</u>	<u>(731.481)</u>

20 Depósitos de Garantia

As garantias em numerário encontram-se registadas em rubricas do activo e passivo e a 31 de Dezembro de 2012, os valores reconhecidos no balanço são os seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Depósitos de garantia dos participantes	163.809.682	143.884.552
Valores a entregar aos participantes	<u>(163.809.682)</u>	<u>(143.884.552)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

Para além dos depósitos de garantia, existem ainda linhas de crédito e garantias bancárias prestadas junto da OMIClear, em 31 de Dezembro de 2012:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Linhas de Crédito	61.000.000	111.200.065
Garantias Bancárias	151.500.000	91.500.000
Total	<u>212.500.000</u>	<u>202.700.065</u>

21 Contingências

À data de 31 de Dezembro de 2012 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

22 Eventos Subsequentes

Não se verificaram factos relevantes após a data do balanço.

Lisboa, 19 de Março de 2013

O Técnico de contas, nº 30375,

Maria Teresa Rodrigues Martins

O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Jorge Fernando da Silva Simão

Paulo Martins de Sena Esteves

ANEXOS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras de OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 168.369.785 euros e um total de capital próprio de 3.970.144 euros, incluindo um resultado líquido de 866.300 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

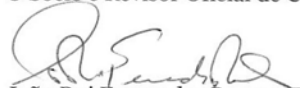
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

8 de abril de 2013

O Sócio e Revisor Oficial de Contas Executor



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 Desde a nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

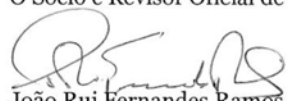
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

8 de abril de 2013

O Sócio e Revisor Oficial de Contas Executor



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

omiclear

OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C., S.A.
Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa – Portugal
www.omiclear.eu // omiclear@omiclear.eu
Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001